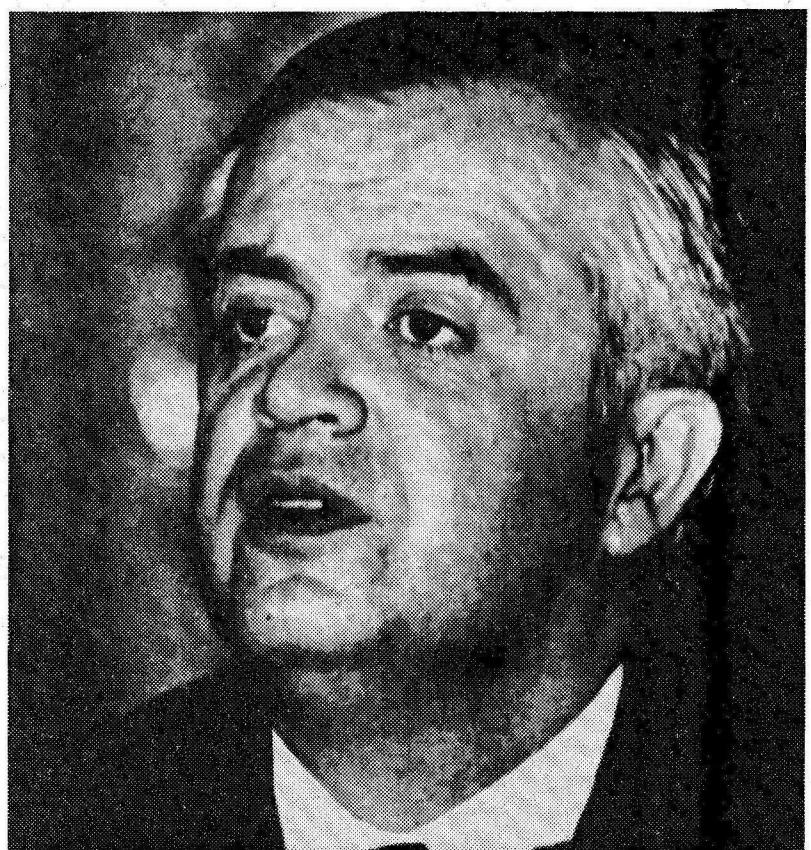


Dívida Externa

México espera adesão ao pacto



Reuter-29/5/89

Aspe, o ministro mexicano: "Esperanças de crescimento"

As autoridades do país acham que até novembro o acordo já estará em vigor

CIDADE DO MÉXICO —

O governo mexicano espera concluir até novembro o ciclo de adesões ao acordo de reestruturação de sua dívida externa com os bancos comerciais, anunciado no domingo, e que pela primeira vez na história desse tipo de negociação inclui cláusulas de redução do principal e dos juros dos débitos vencidos. Até que o acordo seja concluído com seus quase 500 credores privados, o governo mexicano afirmou que contará com o apoio de um crédito-ponte de US\$ 2 bilhões.

"Deveremos terminar o texto das normas contratuais do acordo em meados de agosto e, nos meses de setembro e outubro, obteremos as adesões de todos os credores", afirmou Angel Gurria, o subsecretário da Fazenda mexicana e principal negociador da dívida externa do país com o comitê de bancos, em Nova York. Num almoço oferecido ontem à imprensa na capital mexicana, Gurria e o ministro mexicano das Finanças, Pedro Aspe, explicaram as condições do acordo alcançado. Segundo declararam, neste período de acerto final de contas, deverão ter uma ajuda extra de créditos: "Receberemos de US\$ 1,5 bilhão a US\$ 2 bilhões num empréstimo-ponte do Banco de Compensações Internacionais (conhecido na área financeira como o Banco Central de todos os bancos centrais)", afirmou Gurria.

Quanto à reabertura do programa mexicano de capitalização da dívida — suspenso desde novembro de 1987 —, o ministro Aspe confirmou que ela se fará o quanto antes, para ampliar a entrada de capitais externos no país: "Reabriremos o programa dentro de um limite de no máximo US\$ 1 bilhão ao ano durante os três anos previstos no acordo com os bancos comerciais". Aspe mostrou-se reticente em relação ao plano de capitalização (em que os credores podem trocar seus títulos por investimentos em setores produtivos mexicanos), por considerá-lo inflacionário. "Contornaremos esta situação ao apoiar a capitalização em setores de infra-estrutura pública", adiantou.

APELO

Aspe ainda fez uma advertência: "Este acordo não abrirá espaço nem para indisciplina fiscal nem para indisciplina monetária". Ele aproveitou para dizer ao povo mexicano que agora, mais do que nunca, é necessário ater-se às rígidas metas impostas pelo Plano de Solidariedade Econômica (vigente no país desde dezembro de 1987), que congelou preços, salários e tarifas públicas.

O presidente mexicano, Carlo Salinas de Gortari, também presente à reunião, da qual, além de jornalistas, participaram empresários e sindicalistas, pediu que cada mexicano redobre seus esforços: "Agora", disse ele, "os mexicanos podem ter certeza de que seus esforços terminarão em progresso, em vez de estagnação."

Sachs vê prejuízos para os endividados

"Foi um péssimo acordo para o México, que negociou com uma das mãos amarrada nas costas", criticou ontem o economista norte-americano Jeffrey Sachs, um dos maiores especialistas em dívida do Terceiro Mundo e principal idealizador do programa boliviano de saneamento econômico. Em sua opinião, o México não pôde negociar o que realmente precisava, ou seja, um verdadeiro alívio para poder retomar seu crescimento econômico interrompido há sete anos exatamente pela crise do endividamento externo.

"Tenho esperança de que os demais países endividados — como Venezuela, Argentina, Filipinas e Brasil — não façam do acordo mexicano seu exemplo", advertiu o economista, para quem uma das cláusulas previstas no pacote — a de recaptura (em que o México se compromete a resarcir aos bancos os prejuízos atuais assim que melhore sua situação financeira) — compromete o resultado das negociações. Para Sachs, a proposta mexicana é uma "aposta arriscada" que não tem o alcance pretendido de solucionar a crise do Terceiro Mundo.